



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 16 No 5 Agosto 2014



SADC Redefine prioridades – RISDP em Revisão

por Joseph Ngwawi

A SADC concluiu o processo de revisão do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) e o resultado deste trabalho será apresentado ao Conselho de Ministros, durante a 34ª Cimeira Ordinária da SADC, no Zimbabwe.

O RISDP é um plano de 15 anos, aprovado pelos Estados Membros da SADC em 2003, como um projecto de integração e desenvolvimento regional, e a revisão visa permitir a SADC implementar a sua agenda de integração e desenvolvimento através do realinhamento e reorientação dos planos de desenvolvimento da região usando intervenções críticas e realistas em consonância com a dinâmica global emergente.

O RISDP, que foi desenvolvido na sequência de uma decisão da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC realizada em 1999, em Maputo, Moçambique, vai modernizar e racionalizar o Programa de Acção da SADC, com vista a aumentar a eficácia e eficiência da Agenda Comum da SADC para alcançar os seus objectivos gerais de alcançar o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

Em consonância com essa decisão, o RISDP identificou as seguintes áreas prioritárias de cooperação e integração regional: Comércio e a liberalização económica; Infra-estrutura e serviços

de desenvolvimento regional para a integração regional; Segurança alimentar e gestão conjunta de recursos naturais transfronteiriços; Desenvolvimento social e humano, e Questões transversais, incluindo género e desenvolvimento; HIV e SIDA; ciência e tecnologia; ambiente sustentável; sector privado; e estatísticas.

Em 2007, após a constatação de que as prioridades do RISDP estavam para além das capacidades dos Estados Unidos em financiar os programas de cooperação e de integração regional, traduzindo sufocando o orçamento do Secretariado da SADC, o Conselho de Ministros aprovou uma re-priorização dos programas da SADC e um quadro de re-alocação de recursos para cumprir com decisão da Cimeira sobre a revisão das operações e instituições da SADC com vista a melhorar a eficiência e aumentar a eficácia.

As prioridades revistas identificadas foram as seguintes: Comércio / liberalização e desenvolvimento económico; Infra-estrutura de apoio à integração regional; Paz, segurança e cooperação (como um pré-requisito para a realização da agenda de integração regional); e Programas especiais de dimensão regional, educação abrangente e desenvolvimento de recursos humanos; saúde, HIV e SIDA e outras doenças transmissíveis; segurança alimentar e recursos naturais transfronteiriços; estatísticas;

continua na página 2...



POLÍTICA	3
COMUNIDADE	4
ESTRUTURA	5
INFRA-ESTRUTURA	6-7
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	8-9
ENERGIA	10
AGRICULTURA	11
COMÉRCIO	12
PAZ & SEGURANÇA	13
ELEIÇÕES	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

SADC Redefine prioridades – RISDP em Revisão

igualdade de género; ciência, tecnologia e inovação; e pesquisa e desenvolvimento.

Desde 2010, o plano foi submetido a um processo de revisão, que começou com uma análise documental realizada pelo Secretariado da SADC em 2011.

O Secretariado analisou o desempenho da SADC e identificou os desafios encontrados, bem como as lições aprendidas durante a implementação do RISDP desde 2005 a 2010. A avaliação serviu de base para uma revisão intercalar independente realizada entre 2012 e 2013.

Em Agosto de 2013, o Conselho de Ministros instruiu o Secretariado da SADC para trabalhar com os Estados Membros na criação de um grupo de trabalho multisectorial para finalizar o processo de revisão do RISDP.

O grupo de trabalho realizou várias reuniões em 2014 para propor novas prioridades; principais áreas de foco; objectivos; resultados; metas e prazos para o restante do período de implementação.

Este grupo também se reuniu para propor estratégias para a implementação do RISDP; recomendar quaisquer outras estratégias e estruturas de implementação que podem aumentar a sua implementação, incluindo um quadro institucional e legal adequado; e um mecanismo sustentável dos recursos, bem como um mecanismo de acompanhamento e avaliação para o restante período da sua implementação.

O resultado deste trabalho foi a proposta de um RISDP revisto (2015-2020), que foi analisado pelos Estados-Membros, bem como através de reuniões sectoriais e de segmentação ministerial.

O documento final deverá ser apresentado ao Conselho de

Ministros, em Agosto, para aprovação.

O grupo de trabalho reconheceu que a visão da SADC, princípios, metas, objectivos, e a Agenda Comum - consagrados no Tratado e reafirmado no RISDP - não mudaram. Reconheceu que os países da SADC continuam comprometidos com a integração com o objectivo de erradicação da pobreza e alcance do desenvolvimento sustentável.

Foram tomadas em conta as experiências e lições aprendidas, bem como os novos desenvolvimentos que ocorreram desde 2007, quando o Conselho de Ministros reavaliou as prioridades regionais durante uma reunião realizada em Lusaka. A justificativa para a redefinição de prioridades na época era redimensionar o foco da implementação do RISDP e estabelecer um quadro, de modo a alocar recursos para um maior impacto.

O grupo de trabalho apontou que, não obstante os progressos realizados na implementação da agenda de integração regional, as expectativas do plano regional, excederam a capacidade tanto do Secretariado da SADC e como dos Estados-Membros em cumprir todas as metas acordadas dentro do período especificado.

Estima-se que as taxas de execução entre 2005 e 2010, em termos do alcance das metas estipuladas, sejam de 65 por cento para a Liberalização e Desenvolvimento Comércio / Económico; 64 por cento para a Segurança Alimentar e Meio Ambiente; e 60 por cento para o Apoio à Infra-Estrutura para a Integração Regional e Erradicação da Pobreza.

Outros sectores que operam em áreas onde os resultados só podem tornar-se claramente visíveis durante longos períodos de tempo, têm uma maior percentagem de conquistas

parciais, tais como Programas Especiais Desenvolvimento Social e Humano, com 38 por cento das metas totalmente atingidas e 46 por cento parcialmente alcançadas; e assuntos transversais que apresentam 14 por cento das metas totalmente atingidas e 68 por cento parcialmente atingidas.

Uma assinalável realização foi feita no comércio, indústria e finanças que têm contribuído para o processo de integração da região, embora a implementação Área de Comércio Livre da SADC (ACL) seja limitada e já houve casos de Estados-Membros que reverteram o seu compromisso de cumprir com as exigências da ACL.

Um dos principais desafios que se colocam nesta área em particular, mas também em toda a gama de áreas abrangidas pelo RISDP, muitas é a falta de capacidade de controlar eficazmente a implementação de protocolos acordados para garantir o cumprimento de compromissos.

Como resultado e por causa de atrasos de tempo e deficiências de recursos, algumas das metas originais do RISDP não são consideradas no RISDP revisto.

Por exemplo, a União Aduaneira foi adiada para o período remanescente do RISDP e resultados mais realistas serão implementadas para facilitar a eventual criação da União Aduaneira, bem como outras medidas que visam a integração regional.

O desenvolvimento de infra-estruturas continua a ser uma das principais prioridades, com um trabalho preparatório considerável tendo sido feito para desenvolver políticas, sistemas e processos que facilitam a preparação do projecto, ajudam a atrair investimentos do sector privado e promovem parcerias público-privadas.



A segurança alimentar e a redução da vulnerabilidade também será uma prioridade e está dependente de políticas e boas práticas agrícolas, bem como do acesso a alimentos em termos de disponibilidade e seu preço.

O uso sustentável e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais são, portanto, é fundamental tal como a necessidade de ter em conta as mudanças climáticas na formulação de programas agrícolas e de segurança alimentar.

Foi ainda feito progresso em áreas relacionadas com o desenvolvimento social e humano e o RISDP revisto reconhece que o desenvolvimento da região só pode ocorrer se o grupo de trabalho for capaz de operar a um nível que torna possível o progresso, e se os detentores de poder de decisão e os líderes dos sectores público e privado tiverem um profundo domínio do deste documento.

Apesar dos esforços feitos na integração do género a nível de políticas, o plano revisto reconhece que ainda há muito a ser feito para ver essas políticas traduzidas em acção.

Questões emergentes que oferecem novas oportunidades para o desenvolvimento económico e social também foram tidas em conta neste plano.

Exemplos de tais questões emergentes são o aproveitamento dos recursos marinhos ou o conceito de economia azul para os Estados-Membros com acesso ao mar, e os ganhos especiais da juventude da população da região. r

SADC aprova Projecto de Política de Migração Laboral

A SADC aprovou um projecto do quadro de políticas de migração laboral, que visa promover a boa gestão do movimento intra-regional de trabalhadores para o benefício de ambos os países de origem e de destino, bem como para os trabalhadores migrantes.

A proposta de política foi aprovada pelos Ministros da SADC responsáveis pelo Trabalho durante uma reunião realizada em Julho, em Victoria Falls, no Zimbabwe.

• O quadro político visa promover;

- O desenvolvimento e implementação de políticas nacionais de migração o laboral;
- Acordos multilaterais e bilaterais de trabalho para o benefício das pessoas que trabalham ou pretendem trabalhar no território do outro Estado Membro;
- Direitos dos trabalhadores migrantes;
- Protecção dos trabalhadores migrantes no local de trabalho e nas comunidades;
- Harmonização e padronização das políticas de migração laboral; e
- Integração dos dados de migração laboral intra-regional nos sistemas de informação do Mercado de Trabalho da SADC.

No seu discurso para os ministros, o vice-presidente do Zimbabwe, J.T.R. Mujuru, apelou a SADC para resolver elevado índice de desemprego dos jovens, que está a afectar o desenvolvimento da região.

Os jovens constituem a maioria da população da SADC, mas continuam a ser afectados por altas taxas de desemprego na região.

Mujuru disse que SADC e os parceiros sociais devem

continuar a trabalhar juntos, tanto a nível nacional e regional para melhorar a vida das pessoas na região.

Os ministros também analisaram e aprovaram o projecto de revisão do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional, observando as suas principais realizações que incluem o desenvolvimento de um Programa de Trabalho Decente da SADC (2013-2019) para orientar os países na promoção da criação de emprego, normas de trabalho, diálogo social e protecção social na região. r

Necessária Investigação sobre os Desafios de Paridade de Género

OS MINISTROS Responsáveis por assuntos da mulher e género na região da SADC têm a tarefa de instar o Estados-Membros a realizar uma pesquisa abrangente que explora as principais barreiras que continuam a impedir o aumento de mulheres nos cargos políticos e de tomada de decisão.

A pesquisa deverá recomendar estratégias para enfrentar os desafios que as mulheres enfrentam para chegar a posições de tomada de decisão na região.

Os ministros solicitaram aos Estados-Membros a pôr em prática a legislação, políticas e estratégias para assegurar a igualdade de representação das mulheres nos cargos políticos e de tomada de decisão. Eles observaram durante uma reunião realizada em Julho em Lilongwe, Malawi, que o progresso em direcção à igualdade de género na região é inconsistente e regressivo.

De acordo com o Monitor do Género da SADC 2013, lançado na 33ª Cimeira da SADC realizada no Malawi, a representação das mulheres na Câmara Baixa do Parlamento varia de mais de 40 por cento nas Seychelles e África do Sul para cerca de 10 por cento no Botswana e na República Democrática do Congo.

A Representação média de mulheres no parlamento na SADC era de 25,8 por cento nos meados de 2013, ligeiramente acima dos 20,6 por cento, em 2005, e dos 23 por cento, em 2011, mas está ainda longe da meta de 50 por cento fixada para 2015.

Com a meta de paridade de género nas estruturas de tomada de decisão, em 2015, a se aproximar, apenas seis países da SADC estão próximos de atingirem a paridade no parlamento, tendo ultrapassado o limiar de 30 por cento definida previamente pelos líderes regionais para a representação das mulheres.

Trata-se das Seychelles com 43,8 por cento de representação das

mulheres a partir de 2012, África do Sul (41,3 por cento), Moçambique (39,2 por cento), Tanzânia (36 por cento) e Angola (34,1 por cento). O Zimbabwe, depois das eleições de Julho de 2013, tem 31,5 por cento de representação de mulheres na Assembleia Nacional e 47,5 por cento de representação das mulheres no Senado.

Os ministros instaram os Estados Membros a acelerar os esforços para implementar os compromissos assumidos no Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento.

O Presidente do Malawi, Peter Mutharika, que abriu oficialmente

a reunião dos ministros, exortou os Estados-Membros "para acelerar os esforços de implementação de mudanças concretas e transformadoras na vida das mulheres e raparigas na nossa região."

O protocolo entrou em vigor no início de 2013, após a ratificação do instrumento pelos necessários dois terços dos Estados-Membros.

Os Ministros analisaram e aprovaram o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) revisto (2015-2020) e recomendaram fortemente que o género seja reflectido em todos os sectores da integração regional. r

Metas de convergência macroeconómica serão revistas

OS ESTADOS Membros da SADC concordaram em rever as metas de convergência macroeconómica para alinhá-las com as mudanças na dinâmica regional.

A decisão de rever as metas foi tomada durante uma reunião conjunta do grupo de trabalho da SADC sobre a Integração Económica Regional e da Comissão de Governadores dos Bancos Centrais (CGBC), realizada em Julho, em Gaborone, Botswana, para discutir questões relacionadas com a agenda de integração económica regional.

"Entre outras questões, a reunião conjunta concordou em rever a meta de convergência macroeconómica, em particular, a revisão da meta de inflação em relação à meta fixa de três por cento para um intervalo de 3-7 por cento", disse o grupo de trabalho a CGBC, num comunicado conjunto.

A reunião também concordou em manter os actuais objectivos para o défice orçamental e para a dívida pública, a três por cento do Produto Interno Bruto e 60 por cento do PIB, respectivamente, para o período remanescente do RISDP.

Os Estados Membros da SADC concordaram em 2002 que, para alcançar e manter a estabilidade macroeconómica, precisam de convergir as políticas económicas orientadas para a estabilidade a ser implementada através de um quadro e estrutura institucional sólida. r



SADC – Uma Comunidade Regional Partilhada

por Kizito Sikuka

A **VIAGEM** foi longa, mas valeu a pena.

A partir de uma série de consultas realizadas no final dos anos 70 pelos representantes dos Estados da Linha da Frente para forjar uma aliança mais próxima, a África Austral foi finalmente capaz de formar uma organização regional vibrante, a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), em 1980, que mais tarde foi transformada em Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), em 1992.

Inicialmente formada por nove países (Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), a SADC cresceu até 15 Estados-Membros e agora inclui a República Democrática do Congo (RDC), Madagáscar, Maurícias, Namíbia, África do Sul e Seychelles.

Uma cooperação mais estreita entre os 15 Estados-Membros feito a região a atingir uma série de metas que visam promover a liberdade política para a independência socioeconómica mais ampla que garanta melhores condições de vida para o seu povo.

Por exemplo, a região quebrou as barreiras coloniais, abrindo as suas fronteiras para incentivar o movimento suave de bens, serviços e pessoas.

Este desenvolvimento tem melhorado o comércio intra-regional e facilita o movimento de pessoal qualificado na região, e permite que pessoas aprofundem o intercâmbio entre os povos.

Ao contrário do passado, agora é possível para os cidadãos da SADC se deslocarem facilmente dentro da região sem a obtenção prévia de um visto, pois a maioria dos países assinaram acordos bilaterais entre si para remover quaisquer medidas rigorosas.

No plano económico, os cidadãos da SADC beneficiam agora de produtos com preços mais baixos devido ao aumento do comércio resultante da implementação do Protocolo Comercial da SADC, adoptado no 2000, e do lançamento da Área de Comércio Livre da SADC (ACL) em 2008.

Através da ACL, os produtores e os consumidores da África Austral têm beneficiado de comércio livre de impostos para todos os produtos originários da região.



Mais de 85 por cento de todos os bens produzidos e comercializados na região desde 2008 não são sujeitos a impostos, enquanto a liberalização total foi finalmente alcançado em 2012, quando as tarifas sobre produtos sensíveis foram removidas.

A próxima etapa para a SADC é consolidar os ganhos da ACL através da criação de uma União Aduaneira, Mercado Comum, União Monetária, e, eventualmente, adopção de uma moeda única para a região.

No que diz respeito ao desenvolvimento de energia, aumentou o número de cidadãos da SADC com acesso a serviços modernos de energia sustentáveis.

Isso foi sido possível graças a uma série de iniciativas, incluindo a criação do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) - um

organismo regional que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome das empresas dos Estados-Membros da SADC.

Só em 2013, o SAPP adicionou 1.360 Megawatts (MW) de nova electricidade para a rede regional, e a região planeia instalar mais de 6,000MW em 2014 com a esperança de garantir reservas suficientes de produção para que a capacidade instalada seja alcançada nos próximos anos.

Em 1998, tropas lideradas pelos SADC apoiaram a RDC para defender a sua soberania, quando alguns países vizinhos tentaram invadir, e a região continua a apoiar o seu caminho para a recuperação e para a restauração total da paz na parte oriental do país.

O envolvimento da SADC no Madagáscar e no Zimbábue é mais uma história de sucesso, o que dá credibilidade à capacidade e eficácia da SADC para resolver os seus próprios desafios, sem a desnecessária interferência externa.

Em relação ao género, a SADC tem feito progressos significativos no reforço do papel das mulheres na tomada de decisões.

Em Agosto de 2013, a 33ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC fez a nomeação histórica da Dra. Lawrence Stergomena Tax, da Tanzânia, a primeira mulher a assumir o cargo de Secretário Executivo da SADC.

De acordo com o Monitor do Género da SADC 2013, lançado na 33ª Cimeira da SADC realizada em Lilongwe, Malawi, a representação das mulheres na Câmara Baixa do Parlamento varia de mais de 40 por cento nas Seychelles e África do Sul para cerca de 10 por cento no Botswana e na República Democrática do Congo.

Seis países da SADC (Angola, Moçambique, Seychelles, África do Sul, Tanzânia e Zimbábue) estão significativamente próximos da meta de paridade no parlamento, tendo ultrapassado o limiar de 30 por cento definido previamente pelos líderes regionais para a representação das mulheres.

Representação média de mulheres no parlamento na SADC era de 25,8 por cento nos meados de 2013, acima dos 20,6 por cento de 2005 e dos 23 por cento de 2011, mas ainda está longe da meta de 50 por cento. r

SADC beneficia do programa Africano de infra-estruturas

por Kizito Sikuka

PELO MENOS sete projectos de infra-estruturas para a implementação na África Austral foram apresentados na recente Cimeira de Financiamento de Dakar no âmbito do Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA).

O PIDA é um modelo para a transformação das infra-estruturas Africanas para o período 2012-2040. O programa foi adoptado pelos líderes africanos em Janeiro de 2012 e fornece um quadro estratégico para projectos de infra-estruturas prioritárias visando transformar o continente numa região interligada e integrada.

Para mobilizar o investimento financeiro para acelerar a implementação do PIDA, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), organizou a Cimeira de Financiamento em Dakar, no Senegal, de 14-15 de Junho, onde um total de 16 projectos estratégicos e regionalmente equilibrados foram apresentados aos potenciais doadores.

Destes, sete estão na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Estes incluem o projecto hidroeléctrico de Ruzizi III, na República Democrática do Congo (RDC); o Projecto de Expansão Porto de Dar-es-Salaam, na República Unida da Tanzânia; o projecto da estrada Serenge-Nakonde, na Zâmbia; e o projecto de Tecnologia de Informação e fibra óptica terrestres Lusaka-Lilongwe, que liga o Malawi e a Zâmbia.

Os outros três projectos são a Linha de Transmissão Tanzânia-Zâmbia-Quênia, ligando as redes de energia dos três países; o projecto hidroeléctrico Batoka Gorge, envolvendo a Zâmbia e o Zimbabwe; e Projecto da Ponte Rodo-Ferroviária Brazzaville-Kinshasa e da linha férrea Kinshasa-Illebo, na RDC.

"Os 16 projectos foram seleccionados devido à sua importância estratégica, política e económica como projectos regionais emblemáticos", disse a NEPAD num comunicado, acrescentando que "uma vez implementados, estes projectos irão transformar

significativamente a forma como a África realiza os seus negócios."

Todos os 16 projectos seleccionados cobrem os três principais sectores de energia, transportes e Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).

A construção da central hidroeléctrica Batoka Gorge deverá acrescentar 1.600 Megawatts de electricidade, o suficiente para aliviar a escassez de energia na Zâmbia e Zimbabwe.

Uma vez que os dois países estão ligados ao Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), que coordena a gestão de energia eléctrica na região, a proposta central de energia beneficiará também a região da SADC.

O projecto Batoka implica a construção de uma barragem de gravidade de 181 metros e a instalação de oito unidades de 200 MW, com a energia dividida em partes iguais entre os dois países.

O projecto Ruzizi III, proposto na RDC, irá adicionar outros 147MW, e será uma central hidroeléctrica com três unidades de energia.

No que diz respeito a interligação Zâmbia-Tanzânia-Quênia, o projecto vai melhorar a integração e o comércio regional de energia dentro e entre o SAPP e o Grupo de Empresas de Electricidade da África Oriental (EAPP), bem como a ligação da Tanzânia ao SAPP.

SADC planeia construir centro de serviços climáticos

OS PLANOS estão na fase avançada para a construção de um total de 10 estações meteorológicas automáticas na região para melhorar a produção e divulgação de informações sobre o clima.

Uma estação meteorológica automática mede vários parâmetros meteorológicos, como velocidade do vento, direcção do vento, temperatura, humidade e pressão do ambiente.

Os dados colhidos na estação meteorológica podem ser monitorados no local ou transferidos para um servidor remoto, poupando o trabalho humano.

A Direcção da SADC para a Infra-estruturas e Serviços disse que o treinamento em manutenção e calibração de estações meteorológicas automáticas para os técnicos já foram realizados, e as 10 estações meteorológicas automáticas serão adquiridas em breve.

A remodelação do Porto de Dar-es-Salaam incluirá aprofundar e reforçar o cais para embarcações de grande calado, aumentando a capacidade de operações de navios maiores.

O porto de Dar-es-Salaam é a segunda porta de entrada mais importante para o comércio regional no leste da África após Mombasa, atendendo 90 por cento do comércio internacional da Tanzânia e uma parte significativa do comércio de transbordo para a Zâmbia, Malawi, República Democrática do Congo e Uganda.

A reabilitação da Estrada Serenge-Nakonde envolverá alargamento da estrada e a sua melhoria contribuirá para a redução de custos para o transporte rodoviário ao longo dos Corredores Norte-Sul e Dar-es-Salaam, bem como reduzir as perdas de acidentes no transporte de passageiros e de mercadorias.

No que diz respeito a Fibra Óptica Terrestres Lusaka-Lilongwe, o projecto tem como objectivo facilitar a interligação entre o Malawi e a Zâmbia.

O Projecto da Ponte Rodo-Ferroviária Brazzaville Kinshasa e da linha férrea Kinshasa-Illebo, na RDC, incluirá uma estrada combinada com linha férrea e uma ponte, bem como uma fronteira com paragem única. r

Isto está de acordo com o recém lançado Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC, que descreve os planos de desenvolvimento da região e projectos de infra-estruturas para os próximos 25 anos.

Para a meteorologia, a prioridade para a SADC está no reforço da rede de observação meteorológica na região da SADC.

Cerca de 81,5 milhões de dólares norte-americanos serão usados para as infra-estruturas, estações meteorológicas, incluindo estações automáticas para a monitoria e análise de dados meteorológicos e climáticos.

O acesso a informações correctas e relevantes sobre o clima é fundamental para fins de planeamento, pois permite aos cidadãos se prepararem para eventuais desastres relacionados com o clima, como inundações e tempestades. r



estruturas

SADC trabalha arduamente para segurança aérea

PAÍSES DA África Austral estão a trabalhar para a melhoria das normas de segurança para o transporte aéreo na região e SADC embarcou em diversos programas e actividades para manter os mais altos padrões.

Todos os Estados Membros da SADC são signatários da Convenção Internacional de Aviação Civil (ICAO) e são obrigados a cumprir com todas as normas internacionais de segurança e práticas recomendadas.

De acordo com informações mais recentes da ICAO, a segurança do transporte aéreo comercial na região da SADC melhorou durante os seis anos do Programa Cooperativo de Desenvolvimento da Segurança Operacional e Aeronavegabilidade (COSCAP-SADC).

O Projecto COSCAP-SADC permitiu aos Estados Membros da SADC actualizar e modernizar a legislação e regulamentos da aviação

civil e cumprir as normas internacionais de segurança.

O projecto melhorou a capacidade de supervisão da segurança de inspectores de segurança do governo pelas autoridades de aviação, agências ou departamentos civis nos Estados Membros.

Além disso, o projecto facilitou a criação da Organização de Segurança de Aviação da SADC (SASO).

A SASO estará operacional em Dezembro de 2014, e terá sede em Mbabane, Swazilândia.

Os principais objectivos da SASO são apoiar os Estados-Membros no cumprimento das suas obrigações de fiscalização da segurança, especificamente na regulamentação e observância de procedimentos técnicos da aviação civil e das normas e práticas recomendadas pela ICAO. r

Tanzânia e Zâmbia acordam modalidade de operações da Tazara

ZÂMBIA e a República Unida da Tanzânia decidiram descentralizar e transformar as operações da Autoridade Ferroviária da Tanzânia e Zâmbia (Tazara) para torná-la comercialmente viável.

Os dois governos vão mudar a modalidade da sua propriedade na empresa ferroviária, com o objectivo de melhorar sua rentabilidade e auto-suficiência.

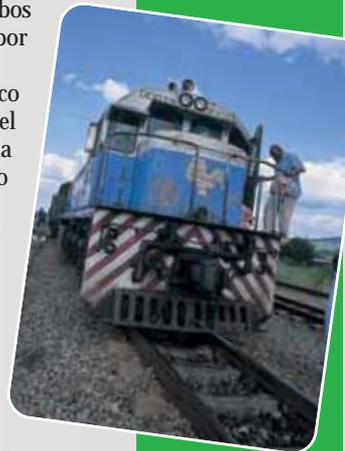
Os governos da Tanzânia, Zâmbia e China construíram uma linha férrea na década de 1970 para reduzir a dependência económica da Zâmbia da Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) e da África do Sul, sendo que ambos eram hostis e governados por governos de minoria branca.

A linha Tazara era o único caminho para o comércio a granel da Cintura de Cobre da Zâmbia para chegar ao mar sem trânsito em territórios hostis.

O Ministro tanzaniano dos Transportes, Harrison Mwakyembe, disse que, sob as novas modalidades, cada país iria operar composições ferroviárias dentro das suas fronteiras.

"Antes, tínhamos um comboio de passageiros com uma rota de Dar-es-Salaam para a Zâmbia, mas a nova modalidade permite que cada país para gerir comboios de passageiros dentro das suas fronteiras", disse ele, acrescentando que uma reunião envolvendo funcionários das finanças, indústria e transportes dos dois países decidiu sobre o novo acordo.

A Tazara, também conhecido como a Linha do Uhuru (Liberdade), é um corredor importante de, principalmente de cobre e outros minerais das minas da Zâmbia para o porto de Dar-es-Salaam e para a exportação para os mercados internacionais. A Tazara é uma porta de entrada para os mercados de negócios do leste e da África Austral, bem como para o transporte de passageiros. *Daily News* r



Namíbia disponibiliza portos de doca seca aos Países da SADC

A **NAMÍBIA** está determinada a tirar o máximo partido da sua localização geográfica e tornar-se uma verdadeira porta de entrada económica para a região da África Austral.

O Presidente Hifikepunye Pohamba anunciou, no seu Discurso do Estado da Nação, que o país está a implementar iniciativas estratégicas que garantem que a Namíbia se torne num centro de transporte moderno para as importações e exportações de e para a África Austral.

Parte da estratégia permitirá a Namíbia prestar serviços como o aproveitamento de portos de doca seca para os países vizinhos do interior na região da SADC.

Um total de seis Estados Membros da SADC não tem litoral -Botswana, Lesotho, Malawi, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe.

Os outros nove têm acesso ao mar - Angola, República Democrática do Congo, Madagáscar, Maurícias,



Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul e República Unida da Tanzânia.

Os países do interior na SADC têm necessidades especiais para serviços de transporte e de trânsito, e geralmente de alto custo, para o acesso aos mercados externos.

Usando instalações portuárias da doca seca, os países do interior reduzirão significativamente o custo de importação e exportação de mercadorias, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico. Esta evolução também irá contribuir para o aprofundamento da integração regional.

Outra iniciativa estratégica para a Namíbia é o desenvolvimento da Porta de Saída da SDAC entre Swakopmund e Walvis Bay, bem como a expansão do porto de Walvis Bay.

Walvis Bay é um dos portos mais movimentados e mais populares para os navios, devido ao seu porto natural de águas profundas. r

Desenvolvimento Industrial - Perspectiv

por Munetsi Madakufamba

O **PRIMEIRO** grande desafio para as economias da SADC, como é o caso da maioria dos Estados africanos, é um modelo de desenvolvimento que é impulsionado pelo consumo e produtos primários de exportações.

As limitações deste tipo de caminho de crescimento económico foram fortemente expostas durante a recente crise económica mundial, quando o desempenho económico da região foi severamente afectado. Além disso, o modelo de integração regional em África tende a se concentrar demais no comércio, em detrimento do desenvolvimento do sector industrial.

A SADC não é uma excepção.

Na verdade, os seus sucessivos projectos de desenvolvimento identificaram o comércio como a principal prioridade de desenvolvimento. Apesar dos documentos de políticas da SADC reconhecerem a necessidade de desenvolver o sector industrial para acompanhar o comércio, o documento do quadro da política industrial não está ainda em vigor.

O Quadro de Política de Desenvolvimento Industrial da SADC foi aprovado pelo Comité de Ministros do Comércio, em Novembro de 2012 e aprovado pelo Conselho de Ministros em Fevereiro de 2013 e ainda está por ser implementado.

O documento identifica três sectores para o foco inicial a médio prazo: o agro-processamento, o benefício dos minerais e os produtos farmacêuticos.

Esta será uma questão fundamental para a discussão na 34ª Cimeira da SADC, que será acolhida pelo Zimbabwe em Victoria Falls no próximo mês sob o tema "Estratégia para a Transformação Económica da SADC: Aproveitando os diversos recursos da região Para o Desenvolvimento Económico e Social Sustentável através do benefício e da mais-valia."

Adicionalmente, o sector industrial é fundamental para o desenvolvimento económico global, bem como para o desenvolvimento humano sustentável de um país, devido ao efeito multiplicador na medida em que promove a mais-valia e geração de emprego.

Um segundo desafio diz respeito às economias desenvolvidas a partir de uma base fraca de infra-estruturas económicas, incluindo o péssimo estado das estradas, redes ferroviárias e aéreas, e falta de energia.

Em terceiro lugar, a falta de acesso a tecnologias modernas apropriados limitam a competitividade industrial e a capacidade de envolver-se na mais-valia e benefícios.

Em quarto lugar, a maioria dos países não têm acesso ao capital disponível para investimento no desenvolvimento industrial.

Finalmente, enquanto estiverem a trabalhar individualmente, a maioria das economias da SADC tornam-se muito pequenas para desfrutar da competitividade que vem com economias de escala,

O **DESENVOLVIMENTO** industrial em África tem sido, em grande parte, um esforço nacional, registando-se pouca cooperação a escala continental ou o actual modelo de desenvolvimento Africano, que implica a integração de mercados coloniais anteriormente fragmentados em comunidades económicas regionais, principalmente para fins de criação de mercados maiores para o comércio colectivo sobre os aspectos do lado da oferta, tais como os investimentos em infra-estruturas económicas industriais e infra-estruturas.

Apesar do carácter distinto dos Estados africanos, a situação pós-colonial tem buscado muitos modelos de desenvolvimento, principalmente influenciados por potências coloniais, individual ou colectivamente, como as comunidades locais, um padrão geral de sucesso limitado. Com algumas excepções, a maioria têm dificuldade para fazer uma marca significativa no desenvolvimento humano com indicadores de desempenho, tais como a pobreza, o desemprego e a renda per capita abaixo da sintonia com as metas, enquanto, globalmente, os Estados Africanos permanecem na periferia de assuntos económicos internacionais.

O futuro de África é brilhante já que o continente pode tomar as decisões para embarcar num caminho de desenvolvimento baseado em soluções locais e vantagens comparativas que detém sobre outras regiões do mundo, incluindo a abundância de recursos, o grupo demográfico composto pela população maioritariamente jovem e as oportunidades de economias de escala decorrentes de uma maior integração

especialmente ao lidar com qualquer um dos outros desafios acima referidos.

Estes desafios podem, de facto, constituir grandes oportunidades quando vistos a partir de um outro ângulo. Em primeiro lugar, a SADC é rica em recursos naturais, e simplesmente precisa transformar isso em uma vantagem competitiva através da mais-valia e benefício.

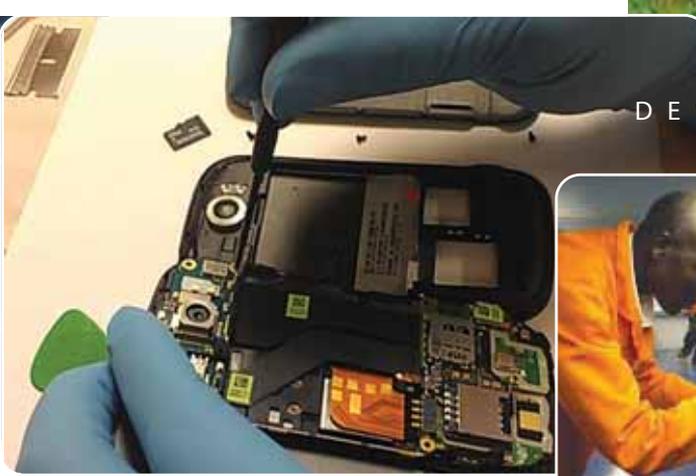
A oportunidade conexa é apresentada pelo dividendo demográfico da África. Considerando que outras partes do mundo estão a perder o dividendo demográfico, a África orgulha-se por possuir uma população jovem, com a proporção de jovens em alguns países atingir 65 por cento da população com idade inferior a 35 anos.

Em segundo lugar, devido a abundância de recursos em África, o continente está recebendo uma maior atenção das principais potências económicas - China, Europa e Estados Unidos.

No entanto, essa atenção, dada a natureza da tentação de recursos em África, pode levar a consequências indesejadas, a menos que a liderança do continente faça com que certas decisões importantes, incluindo a insistência na transferência de tecnologia, a fim de transformar os produtos primários, em produtos de alto valor acabados, para o comércio internacional.

Em terceiro lugar, a chegada da China e de outros países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, África do Sul) no cenário global democratizou o acesso ao capital, bem como opções alargadas.

Longe vão os dias em que as decisões sobre o fluxo de capital para a África eram ditadas pelas ex-metrópoles coloniais. Xangai e outros mercados de capitais internacionais já oferecem um menu muito mais



...vas para a SADC

...e, feito com base num
...ub-regional. Mesmo o
...muitos governos pós-
...nais maiores, tem sido
...ercio, com pouco foco
...tos numa capacitação

...olonial em África tem
...nciados pelas antigas
...regionais, com um
...n lutado anteriormente
...dicadores importantes
...inda lamentavelmente
...icanos mantêm-se na

...isões necessárias para
...andar sobre as muitas
...ndo uma abundância
...riamente jovem e as
...ção regional. r

amplamente para os países que querem atrair investimento directo estrangeiro.

Em quarto lugar, o problema das infra-estruturas foi correctamente identificado e, portanto, deve receber atenção política em África. SADC adoptou o seu Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas (RIDMP), em Agosto de 2012, como estratégia da sub-região para o desenvolvimento integrado das infra-estruturas regionais para atender à demanda projectada até 2027.

Em quinto lugar, a integração regional oferece a melhor opção para os Estados membros aproveitarem as economias de escala que podem ser necessárias para enfrentar alguns dos desafios actuais. Por exemplo, alguns dos projectos de infra-estruturas identificados no RIDMP fariam sentido económico somente se implementados como projectos sub-regionais.

Do ponto de vista demográfico, a população combinada da SADC é de cerca de 280 milhões, enquanto a de todo o continente

é de pouco mais de um bilião de pessoas, o que é bom comparativamente com outras regiões do mundo.

Os desafios enfrentados pela SADC e muitas outras economias africanas são tão diversos quanto ao número de países que compõem o continente, e é importante reconhecer desde o início que a África é um continente, não é composta por um grupo homogêneo de países, e por isso são muitas as comunidades económicas regionais espalhadas pelo todo o continente.

Todos os países em desenvolvimento que fizeram sucesso da transição de baixa renda para a situação de renda média e alta, como a China e os Tigres Asiáticos, bem como países da América Latina, o fizeram por contarem com um sector industrial forte como o motor de uma economia de crescimento orientada para a exportação.

Isso foi feito com um papel forte para o governo, especialmente no fornecimento de infra-estruturas, cujo poder magnético foi mais evidente na China na atracção de novas indústrias e outras formas de desenvolvimento.

A SADC e o resto da África não têm escolha senão romper com o actual caminho de desenvolvimento do consumo e dos produtos de exportações para um modelo de desenvolvimento mais sustentável, baseado na competitividade industrial.

Desde os anos 1980, as zonas económicas especiais foram introduzidos na China através de experimentação cuidadosa, sobretudo na província de Guangdong, onde a notável história de Shenzhen foi transformada de vila de pescadores para cidade industrial ultra-moderna.

Este modelo foi replicado em outras partes da China, transformando o país de uma economia agrária para uma economia em que cerca de 90 por cento de sua renda provem de sectores industriais e de serviços.

A China já está a apoiar as zonas económicas especiais no Egipto, Etiópia, Ilhas Maurícias, Nigéria e Zâmbia, e algumas lições podem ser tiradas da experiência de desenvolvimento da China.

O sucesso do desenvolvimento industrial da China pode ser atribuído à liberalização gradual e estratégica económica, uma política eficaz de investimento directo estrangeiro, os incentivos para ambas as empresas privadas e do sector público, a estratégia de internacionalização para as empresas estatais, pesquisa e desenvolvimento, e instituições do Estado com uma orientação política dinâmica.

O sucesso é impulsionado pelo equilíbrio estratégico de protecção e liberalismo económico da China; Política de Investimento Estrangeiro Directo (IDE) e de desenvolvimento regional; e aumento da política económica externa orientada para a exportação.

Dois características fortes do rápido desenvolvimento económico chinês estão orientadas para o investimento e o crescimento orientado para a exportação, com base na capacidade do governo chinês em formular uma política de desenvolvimento industrial eficaz, mantendo um clima favorável para o investimento estrangeiro.

A fim de atrair o IDE, sem ameaçar o crescimento da indústria nacional, a China adoptou medidas que incluem:

- Políticas industriais regionais e estratégias de promoção das exportações;
- Regimes de IDE sustentáveis que promovam a entrada de capital, empresas mistas locais e investimento estrangeiro orientado para o Desenvolvimento; e,
- Adopção de estratégias coerentes para as zonas económicas especiais (ZEE).

Portanto a experiência de ZEE da China oferece uma opção viável se cuidadosamente projectada para as características africanas.

O modelo de desenvolvimento até então perseguido pelos países africanos e suas CERs não emitiu com sucesso as metas de desenvolvimento desejadas para o continente subir de forma eficaz para fora da periferia. O Estado Africano pós-colonial tem de tomar certas decisões radicais. Tais decisões não precisam de ser feitas pelos outros em nome de África.

É a própria África, que tem de tomar essas decisões radicais, tirando lições e inspiração a partir da experiência da China e de outras regiões do mundo. Só assim a África pode tirar o máximo proveito de sua riqueza de recursos, bem como do seu prémio demográfico para finalmente se libertar da gaiola da hegemonia pós-colonial.

Este artigo foi elaborado com base num trabalho apresentado numa Conferência Internacional sobre a Industrialização em África, organizada pela Universidade de Shanghai, na China, em Junho de 2014.



África lança primeiro Portal de Informação sobre Energia

A **ÁFRICA** vai lançar em breve o primeiro portal de informação sobre energia de todo o continente para permitir o acesso fácil a dados actualizados.

A Rede Informação e Comunicação de África (AICN) vai apresentar o progresso da Iniciativa de Energia Sustentável para Todos (SE4ALL) e fornecer informações sobre o impacto dos projectos realizados no âmbito da iniciativa.

A SE4ALL é uma iniciativa lançada pelas Nações Unidas em

Setembro de 2011, com foco em três objectivos:

- Garantir o acesso universal aos serviços energéticos modernos;
- Duplicar a taxa global da melhoria em termos de eficiência energética; e
- Duplicar a quota das energias renováveis na energia mista global até 2030.

A África assumiu a liderança na resposta à iniciativa, com 44 países do continente a aderirem ao programa de um total de 84 Países do mundo.

Os Estados-Membros são obrigados a criar mecanismos para tornar o acesso universal a serviços energéticos modernos duráveis uma prioridade.

A SE4ALL está sendo coordenada pela Agência da NEPAD, pela Comissão da União Africana e pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

O chefe de Energia da NEPAD, Professor Mosad Elmissiry, disse que o acesso atempado à informação essencial sobre a Iniciativa

SE4ALL e seu estágio de implementação a nível global, regional e nacional, é uma ferramenta poderosa para as partes interessadas africanas planearem de forma eficaz e utilizar as oportunidades de financiamento que a iniciativa abre para a África.

O centro de informações também será uma importante ferramenta de controlo para os decisores políticos, investidores e outros na recolha e fornecimento de informações sobre projectos de energia sustentável em África. r

SADC explora Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

A **ÁFRICA** Austral identificou dois projectos para apreciação no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

O MDL permite a um país efectuar uma redução de emissões ou adoptar o compromisso de emissões limitadas, no âmbito do Protocolo de Quioto, para implementar um projecto de redução de emissões nos países em desenvolvimento.

Este mecanismo estimula o desenvolvimento sustentável e redução de emissões, dando aos países industrializados alguma flexibilidade em atingir as suas metas de redução de emissões ou limitação.

Após uma reunião com o Centro de Colaboração Regional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, os Estados-Membros do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) concordaram em apresentar dois projectos programáticos regionais de MDL para apreciação pela ONU.

Estes são emissor de luz de diodo (LED) e o aquecedor solar de água. LED é uma tecnologia de iluminação de alta eficiência energética e tem o potencial para melhorar a situação de energia na

região, uma vez que consome menos energia e dura mais tempo do que uma lâmpada incandescente, que actualmente está sendo usada pela maioria dos países da SADC.

O aquecimento solar de água tem a capacidade de assegurar a disponibilidade de energia na região.

A execução desses programas de gestão permitiu a África Austral economizar cerca de 4.561 Megawatts (MW) de energia eléctrica entre 2009 e 2013.

Prevê-se que a região da SADC possa economizar mais de 6.000 MW em 2018, se essas iniciativas forem implementadas de acordo com o plano.

Rumo a electrificação rural - Angola atinge 4.000 casas rurais

MAIS DE 4.000 casas poderão beneficiar do programa de electrificação rural a ser implementado por Angola.

O Ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse que o projecto de uma central de 7,5 Megawatts, na província de Cuando Cubango, visa beneficiar a população rural.

A este respeito, o SAPP está em processo de compilação de dados para a apresentação de formulários para análise da UNFCCC sobre os dois projectos programáticos de LED e Aquecedores solares de água.

O SAPP manifestou vontade de participar nos dois projectos, devendo o Centro de Coordenação e o SAPP estar baseado em Harare, Zimbabwe, para coordenar os projectos.

O SAPP é um organismo regional que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome dos Estados-membros da SADC. r

Uma rede de distribuição de baixa tensão será instalada para garantir que mais de 4.000 casas se beneficiem do projecto.

A construção da central começou no final de Julho e deverá ser concluída em 2015. O projecto está orçado em 406,5 biliões de Kwanzas (cerca de 4,2 biliões de dólares norte-americanos). r

Tanzânia reserva 512 milhões de dólares para energia rural

A **REPÚBLICA** Unida da Tanzânia vai iniciar, em breve, a segunda fase de um programa de fornecimento de energia eléctrica as áreas rurais após a implementação bem-sucedida da primeira fase.

O projecto de electrificação rural, que está sendo implementado pela Agência de Energia Rural (REA) vai custar 850 biliões de xelins (cerca de 513 milhões de dólares norte-americanos) na segunda fase.

A Gestora do Projecto REA, Advera Mwijage, disse que mais de 17 mil clientes se beneficiaram da primeira fase. A meta inicial era de 20 mil consumidores rurais. "Quando finalizamos a primeira fase", disse ela, "fomos recebidos por 20.000 pedidos extras."

Mwijage disse que a segunda fase está prevista para ligar mais de 250.000 consumidores rurais para a rede nacional. A REA é um organismo autónomo no âmbito do Ministério de Energia e Recursos Minerais. r



Segurança alimentar melhora em 2013/14

AS ESTIMATIVAS finais de produção agrícola regional indicam um excedente de cereais de mais de 670 mil toneladas métricas na época 2013/14 na SADC, representando uma melhoria significativa nos últimos quatro anos, quando a produção estava quase estagnada.

Uma reunião extraordinária dos Ministros da Agricultura da SADC, realizada em Julho, em Lilongwe, Malawi, observou que a avaliação da época de comercialização agrícola 2013/14 mostrou uma grande melhora da média global de produção de cereais em comparação com anos anteriores.

"Os Ministros tomaram nota, com satisfação, que a situação de segurança alimentar na época 2013/2014 na região é estável e as perspectivas para 2014/

2015 são de melhoria devido as favoráveis condições meteorológicas", indica parte do comunicado divulgado pelos ministros após o encontro.

A avaliação revelou que apesar de culturas individuais, como sorgo, trigo, arroz e milho terem registado algum défice, a situação geral da produção na região é satisfatória.

Por exemplo, o milho - o alimento básico para a maioria dos países da região da SADC - registou um pequeno, mas significativo excedente de cerca de 326 mil toneladas na época 2013/2014.

O resultado de outras culturas como a mandioca, que também é um alimento básico em partes de Angola, da República Democrática do Congo, Malawi, Moçambique, República Unida da

Produção de Gado	2009	2010	2011	2012	2013	% de mudança (2013 vs 2012)
Bife	1390	1450	1510	1570	1600	1.9
Carne de Carneiro	160	170	170	180	190	5.6
Carne de Cabrito	160	170	170	180	190	5.6
Suínos	1410	1420	1430	1440	1450	0.7
Aves	2040	2130	2220	2310	2410	4.3
Leite	4750	4860	4970	5080	5180	2.0
Ovos	610	630	650	670	690	3.0
Lã	2.6	2.7	2.8	2.9	3.02	4.0
Tecido de pele de cabra	0.43	0.44	0.44	0.46	0.47	2.2

Tanzânia e Zâmbia, esteve também acima das necessidades.

Relativamente a produção de peixe e gado, os ministros disseram que houve um aumento, embora pequeno.

Produção de carne aumentou 2,8 por cento contra as 5,68 milhões de toneladas produzidas em 2012 e as 5.840.000 toneladas produzidas em 2013.

A produção de leite e ovos aumentou em dois e três por cento, subindo para 5,18 milhões e 0,69 milhões de toneladas, contra 5,08 milhões de toneladas e 0,67 milhões de toneladas, respectivamente, em relação ao mesmo período. (Ver tabela)

No entanto, a região continua a ser um importador líquido de produtos de origem animal porque a procura supera a oferta, assim, os ministros apelaram para que "os Estados-Membros acelerem a implementação de programas destinados a aumentar a produção pecuária e pesca."

Neste sentido, a região está adoptando várias medidas para aumentar a produção e garantir que a região seja segura em alimentos.

A agricultura é a espinha dorsal da maioria das economias da África Austral. Por exemplo, mais de 62 por cento das 277 milhões de pessoas da região da SADC depende da agricultura para a sua subsistência, de acordo com o Secretariado da SADC.

O sector também contribui entre quatro e 27 por cento do Produto Interno Bruto regional, e cerca de 13 por cento do total das receitas de exportação. r

Rumo a utilização de sementes agrícolas melhoradas

O FORNECIMENTO de sementes agrícolas melhoradas é um dos principais insumos críticos para aumentar a produção e segurança alimentar na África Austral.

O acesso a sementes melhoradas é misto em toda a região devido uma combinação de vários factores, incluindo o acesso limitado a recursos financeiros, multiplicação inadequada de sementes básicas, variações nos sistemas de regulação de sementes entre os países, bem como fracas ligações na área de pesquisa, extensão agrária e de mercados.

Por exemplo, mais de 80 por cento dos agricultores na África do Sul usam variedades de sementes melhoradas, enquanto uma média de cerca de 10 por cento dos agricultores usam sementes melhoradas no resto dos Estados-Membros.

Para enfrentar os desafios, a região criou a Rede de Sementes e Segurança Alimentar da SADC (SSSN) para liderar a harmonização das políticas de sementes.

Pelo menos nove países assinaram o Memorando de Entendimento sobre a harmonização dos regulamentos de sementes na região da SADC, abrindo o caminho para a plena implementação do sistema harmonizado de sementes. r

Aprovada Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional

A SADC adoptou uma estratégia regional sobre segurança alimentar e nutricional, no quadro da intensificação dos esforços para assegurar que os seus cidadãos tenham acesso a uma alimentação adequada.

A Estratégia Regional sobre Segurança Alimentar e Nutricional será implementada a partir do período 2015-2025.

O seu principal objectivo é servir de mecanismo regional para facilitar a obtenção universal do acesso económico e social à segurança, saúde e alimentos nutritivos para garantir o bem-estar físico dos povos da África Austral.

A estratégia, adoptada em Julho pelos Ministros responsáveis pela Saúde e Agricultura na SADC, é fundamental para ajudar a região a reduzir o número de pessoas afectadas pela fome extrema.

No âmbito do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), que está actualmente em revisão, a SADC estabeleceu a meta de reduzir em 50 por

cento a população afectada pela fome extrema até 2015.

O objectivo da União Africana para acabar com a fome no continente está marcado para 2050, portanto, a estratégia é fundamental para garantir que a África Austral seja capaz de cumprir o prazo.

Como parte da estratégia, os Estados Membros da SADC deverão promover o acesso aos alimentos indígenas de alto valor nutricional, incluindo os produtos alimentares tradicionais localmente disponíveis.

Esse alto valor nutricional é importante, especialmente para as crianças. Por exemplo, uma boa nutrição nos primeiros mil dias de vida da criança é fundamental para melhorar o seu crescimento intelectual, físico e social. r





Seychelles prontas para integrarem a ACL da SADC

AS SEYCHELLES apresentaram uma oferta tarifária que explica a forma como a nação insular do Oceano Índico pretende eliminar gradualmente as suas tarifas a luz da Área de Comércio Livre (ACL) da SADC.

O Comité de Ministros do Comércio, reunido em Gaborone, Botswana, em Julho, aprovou oferta tarifária das Seychelles sobre a sua adesão ao Protocolo sobre o Comércio.

A oferta tarifária sinaliza a prontidão das Seychelles em participar na ACL da SADC.

O país está a preparar os instrumentos de adesão e implementação, a fim de finalizar o processo. Isso fará com que este País seja o 13º Estado-Membro a participar plenamente na ACL da SADC.

Dois outros países, Angola e República Democrática do Congo, disseram que vão participar na ACL mais tarde, pois solicitaram mais tempo para reconstruir as suas economias após vários anos de conflito armado.

A Área de Comércio Livre da SADC foi lançada em 2008, quando foram eliminados 85 por cento das taxas aduaneiras no comércio intra-regional entre os Estados-Membros participantes.

A liberalização tarifária máxima foi atingida em Janeiro de 2012, quando o processo de remoção gradual de tarifas para produtos de categorias sensíveis lista dos Estados-Membros foi concluída.

O foco actual da ACL é a sua consolidação.

Uma Matriz de Plano de Acção para a Consolidação da ACL da SADC, adoptada pelos Ministros do Comércio em Agosto de 2010, prevê um programa que, entre outras actividades, implica lidar os compromissos pendentes da fase de redução tarifária; eliminação das barreiras não-tarifárias; facilitar a adesão ao protocolo por todos os países; resolução de problemas relacionados com regras de

origem; facilitação do comércio e assuntos aduaneiros; normas e questões de qualidade e técnicas; constrangimentos do lado da oferta; e a liberalização do comércio de serviços.

Os ministros elogiaram as Maurícias pela liberalização plena de todos os direitos devidos aos produtos da SADC e, portanto, a conclusão de fase da redução das suas tarifas para a SADC.

No início deste ano, as Maurícias tornaram-se no primeiro Estado-membro da

SADC a retirar direitos aduaneiros sobre os produtos importados de outros países da SADC, como parte dos esforços para melhorar o comércio intra-regional.

De acordo com a Câmara de Comércio e Indústria das Maurícias, todos os produtos importados de países da SADC estão agora livres de impostos a partir de 1 Janeiro de 2014.

Para se qualificar para isenção de imposto, todas as mercadorias devem ser acompanhados de um

certificado de origem válido da SADC.

Os ministros solicitaram aos Estados-Membros que não assinaram o Protocolo sobre o Comércio de Serviços a fazê-lo durante a 34ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, marcada para Agosto, em Victoria Falls, Zimbabwe.

Eles também pediram a aqueles que ainda não ratificaram o Protocolo para iniciarem os necessários processos.

A liberalização progressiva do comércio de serviços está prevista no Protocolo sobre o Comércio de Serviços, que foi assinado em Agosto de 2012.

As negociações no âmbito do Protocolo iniciaram em 2012 e a conclusão está marcada para Abril de 2015 para chegar a acordo sobre as listas nacionais de compromissos de acesso a mercados e tratamento nacional, cobrindo inicialmente seis sectores prioritários de serviços de comunicação, construção, energia, finanças, turismo e transporte. r



SADC e UE concluem acordo de APE

NEGOCIAÇÕES ENTRE a União Europeia e a SADC sobre um Acordo de Parceria Económica (APE) foram concluídas em Julho, quando as duas partes chegaram a um acordo.

O acordo entre a UE e alguns países da SADC irá abrir uma perspectiva de longo prazo de acesso isento de direitos e de quotas ao mercado da UE para os produtos do Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia e Swazilândia, enquanto a África do Sul vai negociar com a UE as melhores formas de ajustar o actual acordo existente entre a UE e África do Sul na área de Cooperação de Comércio e Desenvolvimento.

A UE, por sua vez, ganha um melhor acesso ao mercado da SADC, particularmente no sector de agricultura.

O Botswana, Lesotho, Namíbia, Swazilândia e Moçambique desfrutam actualmente de acesso e de quotas isentas de impostos para a União Europeia numa base temporária prevista no "Regulamento de Acesso ao Mercado" da UE.

Este acesso vai expirar a 01 Outubro de 2014, porque esses países não ratificaram o acordo provisório que negociaram com a União Europeia em 2007.

No entanto, o acordo regional recém-concluído irá substituir o acordo provisório existente e o acesso gratuito à UE baseia-se neste novo acordo.

A SADC continuará a proteger os sectores sensíveis dos concorrentes europeus no seu mercado interno.

A luz do acordo, a UE assumiu o compromisso de

abster-se de subsidiar as suas exportações agrícolas para a região.

O texto finalizado do acordo vai agora ser apresentado para assinatura e ratificação de acordo com os procedimentos internos de cada país.

A SADC participa no APE com seis dos 15 Estados Membros da SADC como mencionado acima. Os outros oito países estão em negociações com outras configurações regionais do APE.

O Madagáscar, as Maurícias, as Seychelles, a Zâmbia e o Zimbabwe concluíram um APE provisório com a UE no final de 2007 e adiantaram-se em assiná-lo em Agosto de 2009, nas Ilhas Maurícias.

Estes países já deram passos para a ratificação para que o acordo possa ser aplicado. r

SADC acolhe Treinamento da Força Africana de Prontidão

A **REGIÃO** Da SADC vai acolher o segundo exercício de treinamento da Força Africana de Prontidão que está agendado para Outubro, no Lesotho.

Os preparativos para este exercício continental tiveram início em Agosto de 2013 e tem como principal objectivo é testar a rápida implantação de uma Força Africana Prontidão (ASF), com particular destaque para a capacidade de mobilização e implantação num prazo de 14 dias depois de uma decisão das autoridades competentes.

O exercício de treinamento irá desempenhar um papel significativo na avaliação da prontidão da ASF para responder rapidamente a conflitos sem grandes encargos políticos e pesados procedimentos.

O exercício, baptizado por Amani Africa II, vai ocorrer depois do primeiro exercício continental bem sucedido do género realizado em Outubro de 2010 em Addis Abeba, Etiópia.

A ASF será constituída por cinco brigadas em torno das capacidades das comunidades económicas regionais como a SADC.

Força de Prontidão da SADC é uma das brigadas, com outras da África Oriental, Ocidental, Central e do Norte de África, que estão sendo constituídas para assegurar os processos de pacificação.

O plano é que a força esteja operacional a 01 de Janeiro de 2016.

Os contingentes multidisciplinares de prontidão estarão estacionados

nos seus Países de origem e prontos para ser implantado imediatamente quando surgir uma necessidade.

Uma vez operacional, a ASF deve, portanto, reforçar significativamente a capacidade da África para intervir em situações de crise e de conflito e facilitar a promoção de soluções africanas para os problemas africanos.

Amani África significa "Paz em África" em Kiswahili. r



SADC inicia a implementação do SIPO revisto

A SADC está em processo de desenvolvimento de um plano de implementação do Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Política, Defesa e Segurança (SIPO).

O SIPO é um documento estratégico de cinco anos que estabelece o quadro institucional

da SADC para a coordenação e implementação de políticas de cooperação na defesa e segurança, e foi desenvolvido pela primeira vez em 2003.

O plano abrange cinco sectores fundamentais - política, defesa, segurança do Estado, segurança pública e polícia.

O objectivo central do SIPO é criar um ambiente político e de segurança pacífico e estável através do qual a região vai atingir os seus objectivos de desenvolvimento socioeconómico, erradicação da pobreza e integração regional.

Após o lançamento oficial do SIPO revisto em Novembro de 2012, em Arusha, República Unida da Tanzânia, o Secretariado da SADC está em processo de elaboração do Plano de Implementação do SIPO para facilitar a operacionalização do plano revisto.

O plano de implementação já foi submetido ao Comité Ministerial do Órgão, para apreciação, em Julho de 2014.

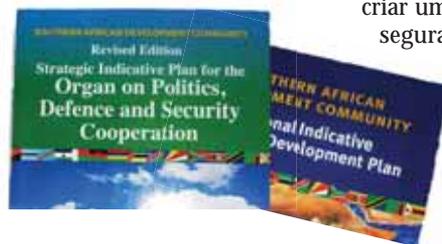
Aprovação pelos Chefes de Estado e de Governo está prevista para ser feita na 34ª Cimeira da SADC marcada para Agosto em Victoria Fall, no Zimbábwe.

O plano apresenta, entre outras coisas, os mecanismos

para construir um entendimento comum e de propriedade de todos os actores relevantes do SIPO revisto.

Após a adopção em 2003, uma série de conquistas foram realizadas sob os auspícios da SIPO, e estas incluem:

- Facilitação da cooperação entre os Estados Membros da SADC em várias áreas de defesa e segurança;
- Activação da SADC para desenvolver o Pacto de Defesa Mútua da SADC;
- Fortalecimento do compromisso regional para a auto-defesa colectiva e a preservação da paz e da segurança na região, através da criação de Força de Prontidão da SADC;
- Contribuição para a promoção e avanço da cooperação policial na região, através da integração dos Chefes da Polícia Regional no Comité Inter-Estatal de Defesa e Segurança da África Austral;
- Estabelecimento do Centro Regional de Aviso Prévio que tem a tarefa de ajudar a antecipar, prevenir e gerir conflitos; e
- Criação do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC e uma unidade de mediação, que são instituições que lidam com a governação política e a observação das eleições. r



A **FORÇA** de Prontidão da SADC foi oficialmente lançada na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC realizada a 17 de Agosto de 2007, em Lusaka.

Composta por militares, policiais e componente civil, a força vai depender dos recursos prometidos pelos Estados-Membros.

O mandato da Força de Prontidão da SADC é bastante amplo e abrange:

- Missões de observação e monitoria;
- Operações de Apoio à Paz;
- Intervenções a pedido de um Estado-Membro para restaurar a paz e a segurança;
- Implantação preventiva (a fim de parar a escalada de um conflito, ou para evitar que um conflito transborde para os estados vizinhos);
- Construção da paz em situações de pós-conflito (incluindo o desarmamento e desmobilização);
- Missões humanitárias de ajuda a civis (relacionados a conflitos ou desastres naturais); e
- Quaisquer outras funções que lhe forem autorizadas pela Cimeira da SADC. r



Botswana e Moçambique preparam-se para eleições

APÓS A realização bem sucedida de eleições no Malawi e na África do Sul, em Maio, a África Austral está pronta para outra ronda de três países que se preparam para realizar eleições ainda este ano. Trata-se de Moçambique e Botswana a 15 de Outubro e 24 de Outubro, respectivamente, e da Namíbia, em Novembro. Este artigo irá se concentrar nas duas primeiras eleições previstas para o Botswana e Moçambique.

Moçambique elege novo Presidente

AS ELEIÇÕES gerais em Moçambique vão produzir um novo presidente para o país, o quarto desde a independência, uma vez que o actual presidente, Armando Guebuza, está a cumprir o seu segundo e último **MANDATO**.

De acordo com o Conselho Constitucional em Moçambique (CC), apenas três dos 11 candidatos presidenciais reúnem os requisitos para disputar a presidência.

Estes incluem Filipe Nyussi do partido Frelimo no poder; Afonso Dhlakama, líder do antigo movimento rebelde Renamo; e Daviz Simango, do Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

No entanto, pelo menos 11 partidos políticos, incluindo o Movimento Patriótico para a Democracia, partido de União para a Reconciliação, Partido Social Democrata e Partido Independente, vão participar nas

eleições parlamentares, de acordo com o CC.

Cerca de 10,9 milhões de pessoas se registaram para votar, uma cifra ligeiramente inferior aos 12,2 milhões de potenciais eleitores projectados pelo



Instituto Nacional de Estatística. O número representa cerca de 89 por cento da população com idade superior a 18 anos.

Guebuza apelou à paz antes, durante e depois das eleições, e exortou a Frelimo e a Renamo para concluírem urgentemente um acordo para acabar com a hostilidade que envolve as milícias leais ao antigo movimento rebelde e as forças do governo.

O candidato da Frelimo, Nyussi, já se comprometeu a pôr fim à instabilidade, dizendo que "não é o uso de armas que vai resolver as diferenças entre as pessoas."

Nyussi, que foi Ministro da Defesa, tem o compromisso de continuar a implementar as políticas do governo cessante.

Moçambique usa um sistema eleitoral de representação proporcional por província para a eleição para o parlamento. O candidato eleito como presidente deve reunir mais de 50 por cento dos votos válidos e, se nenhum candidato obtiver mais de 50 por cento dos votos expressos, uma segunda é realizada entre os dois principais candidatos.

A Frelimo, que é o movimento de libertação que lutou pela independência do país de Portugal, nunca perdeu uma eleição desde a independência em 1975. Nas últimas eleições gerais realizadas em 2009, Guebuza venceu as eleições presidenciais com 77 por cento dos votos válidos, enquanto o partido obteve mais de dois terços no parlamento.

A Frelimo tem 192 assentos parlamentares na Assembleia da República, de um total de 250 assentos, enquanto a Renamo ficou em segundo lugar com 48 lugares e MDM com oito assentos.

Moçambique tem a terceira maior proporção de mulheres no parlamento entre os Estados Membros da SADC, com 39,2 por cento. r

Botswana prepara-se para eleições

O PRESIDENTE Ian Khama definiu 24 de Outubro como a data para as eleições para escolher os membros do parlamento e anunciou que o Parlamento seria dissolvido a 29 de Agosto.

Vários partidos, incluindo o Partido para a Democrática do Botswana (BDP), no poder, o Partido do Congresso do Botswana (BCP) e o Movimento Aliança do Botswana (BAM) pretendem participar nas eleições bastante aguardadas para a eleição de muitos novos candidatos, incluindo uma proporção maior de mulheres.

Com o aproximar da meta regional de 50 por cento de proporção de mulheres nos órgãos de tomada de decisão em 2015, o governo de Botswana e os partidos políticos estão incentivando a nomeação de mulheres. As mulheres

representam 55 por cento do eleitorado no Botswana.

O BDP, liderado por Khama prometeu ampliar e diversificar a economia através do desenvolvimento da agricultura e da indústria.

O Parlamento do Botswana tem 63 lugares, dos quais 57 são preenchidos através de votação directa. Há quatro assentos reservados para o partido maioritário no Parlamento, enquanto o presidente e o Procurador-Ceral são membros por inerência das suas funções.

Segundo a Comissão Eleitoral Independente do Botswana, um total de 823.306 pessoas estão registadas para votar de um universo de 1,4 milhões de pessoas com idade eleitoral.

O Botswana usa o Sistema de Pluralidade em Círculo Uninominal para a eleição dos membros do Parlamento.

Os membros eleitos do Parlamento, em seguida, agem como um colégio eleitoral para escolher o presidente.

Nas eleições passadas, realizadas em 2009, BDP ganhou 45 lugares contra quatro para o BCP, um para BAM e seis para a Frente Nacional do Botswana. O restante assento foi para um candidato independente.

Um total de sete partidos e 15 candidatos independentes participaram nas eleições de 2009.

Num discurso no qual ele anunciou planos para dissolver o Parlamento, Khama exortou os partidos políticos a darem uma oportunidade para as pessoas exercerem o seu direito de eleger um governo da sua escolha.

"É o eleitorado sozinho quem, através dos seus votos, confere as nossas instituições governamentais a sua vida e legitimidade", disse ele. r

Agosto - Outubro 2014

ÁFRICA AUSTRAL
SADC HOJE Vol 16 No 5 Agosto 2014

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Shirley Pisirai, Anesu Ngadya

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2014

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1 jewellerynewsnetwork.com, fotopedia.com, wordpress.com;
P2 herald.co.zw, wordpress.com; P4 herald.co.zw; P5 desk7.net, reliefweb.com,
sundaymail.com, fao.org, chronicle.co.zw; P6 wordpress.com, farmingfirst.com;
P7 zimmil.com, wfp.org; P8 wordpress.com; P9 ipsnews.com; P11 wordpress.com;
P12 daec.co.za, enca.com, subrygovender.com, malawicongressparty.com,
zimmil.com, mg.co.za; P13 un.org, usaid.gov, faceofmalawi.com, wordpress.com,
iisd.ca, wrc.org, wordpress.com, citypress.co.za; P14 SADC, newsday.co.zw,
vehiclepassion.com; P16 wordpress.com, wikimedia.com

Subscriva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net

www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento

SARDC
Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral

Agosto
17-18, Zimbabwe

34ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC
Os líderes da SADC vão reunir-se para discutir a integração regional e desenvolvimento, precedida pela reunião de altos funcionários e do Conselho de Ministros. O tema da Cimeira é *Estratégia para a Transformação Económica da SADC: Aproveitando os diversos recursos da região Para o Desenvolvimento Económico e Social Sustentável através do Benefício e da Mais-Valia*. Na Cimeira o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, vai assumir a Presidência da SADC.

25-29,
Moçambique

43ª Reunião do SAPP
Chefes de serviços públicos de energia e especialistas em energia d África Austral vão se reunir na capital moçambicana, Maputo, para avaliar a situação de energia eléctrica na região. A reunião vai analisar as medidas que estão sendo tomadas pelos Estados-Membros para acabar com a crise de energia na região.

Por indicar

Fórum Regional de Previsão Climática para a África Austral
Cientistas dos serviços meteorológicos nacionais nos Estados Membros da SADC reúnem-se para rever a previsão climática regional, por meio de indicadores sazonais de chuvas para produzir uma previsão regional para a época chuvosa 2014/15.

Setembro
31 Ago-5 Set,
Suécia

Semana Mundial da Água 2014: Água e Energia
Semana Mundial da Água oferece uma oportunidade única para a troca de opiniões, experiências e práticas entre a comunidade científica, empresarial, política e comunidades cívicas, bem como um novo pensamento para a acção positiva para os desafios relacionados com a água e o impacto sobre o meio ambiente, saúde, clima, progresso económico e redução da pobreza.

8-12, Angola

Congresso da Associação de Empresas de Energia em África (APUA)
O congresso vai reunir as empresas de energia de África para deliberar sobre a forma de melhorar as operações e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do continente.

21-23, Zimbabwe

Reunião Preparatória Regional da COP11 e Seminário de Negociação para África
Esta é uma reunião preparatória para os pontos focais nacionais que antecede a 11ª Conferência das Partes (COP11) da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres.

23, Nova Iorque

Cimeira do Clima
A cimeira servirá como um fórum público para que os líderes dos países membros das Nações Unidas, bem como de instituições financeiras, líderes empresariais e da sociedade civil possam discutir as possíveis actividades e soluções para os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Por indicar,
Botswana

Grupo Temático de Energia da SADC
A reunião do Grupo Temático de Energia serve para a coordenação da cooperação entre parceiros, especialistas da SADC e suas organizações subsidiárias e discutir formas de ajudar a região no combate seus desafios energéticos.

Outubro
8-10, Namíbia

3ª Conferência Global dos Grandes Ecossistemas Marinhos
Este evento reúne líderes internacionais a volta da gestão baseada nos ecossistemas e tem como objectivo trocar experiências sobre as políticas de mitigação e adaptação, especialmente para os ecossistemas, face o impacto das mudanças climáticas.

15, Moçambique

Eleições Gerais em Moçambique
Os Moçambicanos vão às urnas a 15 de Outubro para escolher os novos líderes, incluindo o Presidente e os membros da Assembleia da República para os próximos cinco anos.

34 Anos

1980 - 2014

A CONFERÊNCIA para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), precursora da SADC, foi criada a 1 de Abril de 1980, quando nove Chefes de Estado e de Governo da África Austral adoptaram a Declaração de Lusaka - África Austral: Rumo a libertação económica. Os Estados-membros fundadores foram a Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe. A Namíbia tornou-se o décimo Estado Membros após a conquista da sua independência em 1990. r



Atrás da esquerda para a direita: Dick Matenje, Representante do Malawi; Robert Mugabe, Primeiro-Ministro do Zimbabwe independente; Príncipe Mabandla Dlamini, Primeiro-Ministro do Reino da Swazilândia; Mooki Vítus Molapo, Ministro do Comércio e Turismo do Reino do Lesotho. A frente da esquerda para a direita: José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola; Seretse Khama, Presidente fundador do Botswana; Dr. Kenneth David Kaunda, Presidente fundador da Zâmbia; Samora Moisés Machel, Presidente fundador de Moçambique; **Mwalimu Julius K Nyerere**, Presidente fundador da República Unida da Tanzânia.



Presidente H. Pohamba da Namíbia, anfitrião da 30ª Cimeira da SADC realizada em 2010, com os galardoados com a Medalha da SADC Seretse Khama – o antigo Presidente da Zâmbia, K. Kaunda (a esquerda); antigo Presidente da Namíbia, S. Nujoma; e antigo Secretário Executivo do Comité de Libertação da OUA, Brigadeiro-General Hashim Mbita. O primeiro galardoado com a Medalha Khama foi o Presidente fundador da República da Tanzânia, Mwalimu Julius Nyerere, em 1985.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi criada a 17 de Agosto 1992, quando os 10 Estados-Membros assinaram a Declaração, Tratado e Protocolo em Windhoek, Namíbia. O Tratado foi ratificado pelos Estados Membros em Setembro de 1993. Este teve como base a conclusão dos Chefes de Estado e de Governo de que a independência política era quase total na região. Eles se comprometeram-se, no novo Tratado, "fortalecer e consolidar as afinidades e os laços históricos, sociais e culturais de longa data entre os povos da região". A África do Sul assinou ao Tratado após as eleições que puseram fim ao apartheid em 1994, as Maurícias juntaram-se em 1995, as Seychelles em 1997, e o Madagáscar em 2005.



Uma Vela no Kilimanjaro

"Nós, o povo de Tanganyika, gostaríamos de acender uma vela e colocá-lo no topo do Monte Kilimanjaro, que irá brilhar além das nossas fronteiras, dando esperança onde há desespero, amor onde há ódio e dignidade onde há humilhação."

Mwalimu Julius Nyerere intervindo na Assembleia Legislativa do Tanganyika, Dar-es-Salaam, a 22 de Outubro de 1959

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Agosto - Outubro 2014

1 Agosto	Dia dos Parentes	RDC
4 Agosto	Dia dos Farmeiros	Zâmbia
8 Agosto	Dia dos camponeses Nane Nane	Tanzânia
9 Agosto	Dia Nacional das Mulheres	África do Sul
11 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
12 Agosto	Dia das Forças de Defesa	Zimbabwe
15 Agosto	Dia de Assunção	Madagáscar, Maurícias, Seychelles
17 Agosto	Dia da SADC*	Todos
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
30 Agosto	Ganesh Chaturthi	Maurícias
1 Setembro	Dança Umhlanga Reed	Swazilândia
6 Setembro	Dia da Independência Somhlolo	Swazilândia
17 Setembro	Dia dos Heróis Nacionais	Angola
24 Setembro	Dia do Património	África do Sul
25 Setembro	Dia das Forças Armadas	Moçambique
30 Setembro	Dia do Botswana	Botswana
4 Outubro	Dia da Paz e Reconciliação Nacional	Moçambique
4 Outubro	Dia da Independência	Lesotho
14 Outubro	Dia do Mwalimu Julius	Tanzânia
15 Outubro	Dia da Mãe	Malawi
15 Outubro	Dias das Eleições	Moçambique
24 Outubro	Dias das Eleições	Botswana
24 Outubro	Dia da Independência	Zâmbia

* O Dia da SADC não é Feriado Público, mas assinala a assinatura do Tratado da SADC a 17 de Agosto de 1992